

CAPÍTULO I

Subdesenvolvimento e Dependência

A economia brasileira é subdesenvolvida e dependente. Subdesenvolvimento significa, fundamentalmente, baixa produtividade do trabalho. Significa que a produção por trabalhador é, em média, pequena, muito menor do que a produção por trabalhador nos países desenvolvidos, sejam eles capitalistas ou estatais. E se a produção por trabalhador ou produtividade é baixa, a renda ou produção por habitante também é baixa.

O subdesenvolvimento é sempre acompanhado por pobreza, senão miséria, fome, subnutrição, más condições de saúde, por analfabetismo e baixa qualificação técnica dos trabalhadores.

Essas características são ao mesmo tempo consequência e causa do subdesenvolvimento. Não se pense, entretanto, que toda a economia brasileira seja caracterizada por baixa produtividade e péssimas condições de vida.

A produtividade média dos trabalhadores brasileiros é baixa, mas não é baixíssima. Conforme mostra o Quadro I, a produção por habitante do Brasil está em posição intermediária entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Somos paradoxalmente um país subdesenvolvido e industrializado.

Esta produtividade intermediária da economia brasileira é, na verdade, o resultado de uma média entre a alta produtividade de um setor capitalista-monopolista e a baixíssima produtividade dos setores marginalizados e pré-capitalistas da economia brasileira. Na verdade, e como toda sociedade subdesenvolvida, a economia brasileira é intrinsecamente dual e heterogênea. O setor moderno, capitalista industrial, utilizando uma tecnologia altamente sofisticada, é incapaz de absorver a mão-de-

obra abundante que o capitalismo mercantil e o clima tropical permitiram aparecer no Brasil. Em conseqüência, o subdesenvolvimento brasileiro é dual, caracterizado pela heterogeneidade estrutural, à medida que leva à convivência de um setor de alta produtividade com outro de produtividade muito baixa.

É preciso observar, entretanto, que esse dualismo é diverso do ocorrido nos países africanos ou asiáticos, onde havia anteriormente uma sociedade pré-capitalista estabelecida, a qual passa a conviver com a sociedade capitalista quando nela penetra o capitalismo no século XVI (capital mercantil-colonialista) e principalmente no século XIX (capital industrial-imperialista). No Brasil, como aliás na América Latina, as sociedades pré-capitalistas foram destruídas. Em seu lugar, entretanto, estabelece-se um capitalismo mercantil retrógrado que dificultará a posterior penetração do capital industrial. O dualismo brasileiro será então o produto da coexistência do capital mercantil, marcado por fortes traços pré-capitalistas, com o capital industrial, e pela capacidade de este último absorver a abundante força de trabalho existente no primeiro.

O subdesenvolvimento brasileiro é assim definido por uma produtividade do trabalho insuficiente e por uma desigual distribuição dos frutos dessa produtividade — ou seja, da renda — também desigual. Isto permite que haja uma alta burguesia que desfruta de padrões de vida incrivelmente altos, e que haja uma classe média de proprietários burgueses e uma classe média de empregados ou funcionários tecnoburocráticos com um padrão de vida elevado, comparável ao padrão de vida das camadas médias dos países desenvolvidos. Há mesmo alguns trabalhadores especializados que já começaram a ter padrões de vida razoáveis. Em contrapartida, há uma imensa massa de trabalhadores urbanos e rurais que vive em condições estritamente insatisfatórias senão subumanas.

Subdesenvolvimento no caso da economia brasileira significa, portanto, uma produtividade média ainda baixa, mas que já se aproxima de uma situação intermediária, acompanhada de uma distribuição dos frutos dessa produtividade extremamente desigual. O país desenvolve-se, a produtividade aumenta (o produto interno bruto *per capita*, medida global de produtividade, cresceu em 79% entre 1970 e 1980), mas a renda se concentra. Os beneficiados pelo desenvolvimento são muito poucos. Em 1960 os 10% mais ricos da população controlavam 39,6% da renda no Brasil; em 1970 essa porcentagem aumentou para 46,7%, e em 1980, para 50,9%. Por outro lado, quando comparamos a repartição da renda no Brasil com a dos demais países desenvolvidos (e mesmo de alguns subdesenvolvidos), verificamos definitivamente o alto grau de concentração de renda existente no país. De acordo com os dados do Quadro II, o Brasil inclui-se entre os países de renda mais concentrada do mundo.

QUADRO I — *Produção por Habitante nos 30 Países Mais Populosos do Mundo — 1978*

<i>Países</i>	<i>População (1 000 hab.)</i>	<i>PNB per capita (US\$)</i>
China	952 223	230
Índia	643 896	180
Rússia	261 008	3.710
Estados Unidos	218 548	9.770
Indonésia	135 993	340
<i>Brasil</i>	119 461	1.510
Japão	114 898	7.700
Bangladesh	84 655	90
Nigéria	80 563	600
Paquistão	76 078	240
México	65 442	1.400
Rep. Fed. Alemanha	61 344	5.670
Itália	56 734	4.600
Inglaterra	55 822	5.720
França	53 281	8.880
Vietnã	51 742	N.D.
Filipinas	45 639	530
Tailândia	44 517	530
Turquia	43 144	1.250
Egito	39 855	420
Espanha	37 109	3.960
Coréia do Sul	36 648	1.310
Irã	35 831	N.D.
Polônia	34 996	3.650
Burma	32 205	140
Etiópia	30 982	110
África do Sul	27 700	1.580
Zaire	26 770	240
Argentina	26 386	2.030
Colômbia	25 573	900
N.D. — Dados não disponíveis.		

Fonte: Atlas do Banco Mundial 1980.

Mas subdesenvolvimento, além de produtividade insuficiente e de desigual distribuição da renda, implicando analfabetismo e subnutrição para os trabalhadores, significa também dependência. A economia brasileira é e sempre foi uma economia dependente. Ou seja, uma economia sem autonomia no seu processo de desenvolvimento, uma economia que

QUADRO II — *Distribuição de Renda em Diversos Países*
(Participação na Renda de cada um dos Segmentos)

	40% <i>Mais Pobre</i>	40% <i>Médio</i>	20% <i>Mais Rico</i>
Equador (1970)	6.5	20.0	73.5
Quênia (1969)	10.0	22.0	68.0
México (1969)	10.5	25.5	64.0
Brasil (1970)	10.0	28.4	61.6
África do Sul (1965)	6.2	35.8	58.0
Tunísia (1970)	11.4	33.6	55.0
Irã (1968)	12.5	33.0	54.0
França (1962)	9.5	36.8	53.7
Índia (1964)	16.0	32.0	52.0
Holanda (1967)	13.6	37.9	48.5
Dinamarca (1968)	13.6	38.8	47.6
Argentina (1970)	16.5	36.1	47.4
Suécia (1963)	14.0	42.0	44.0
Iugoslávia (1968)	18.5	40.0	41.0
Noruega (1968)	16.6	42.9	40.5
Inglaterra (1968)	18.8	42.2	39.0
E.U.A. (1970)	19.7	41.5	38.8
Hungria (1969)	24.0	42.5	33.5
Bulgária (1962)	26.8	40.0	33.2
Tchecoslováquia (1964)	27.6	41.4	31.0

Fonte: Montek S. Ahluwalia "Income Inequality: Some Dimensions of the Problem" in *Redistribution with Growth*, Oxford, University Press, Inglaterra, 1974.

não controla os recursos fundamentais para que possa aumentar sua produção por habitante.

O subdesenvolvimento brasileiro, inclusive, só pode ser explicado nos quadros dessa dependência. Esta dependência vem mudando de caráter à medida que o país se desenvolve, mas continua a ser não apenas uma característica, mas também a causa fundamental do subdesenvolvimento brasileiro.

Em um primeiro momento a dependência significava subordinação econômica e política a Portugal, nos quadros do sistema colonial. Em um segundo, é subordinação fundamentalmente econômica à Inglaterra nos quadros do modelo primário-exportador e do velho imperialismo anti-industrializante; mas é também subordinação cultural aos padrões do capitalismo europeu e depois norte-americano. O terceiro momento, definido pela subordinação aos Estados Unidos, ocorre depois de uma grande crise do capitalismo mundial, e é marcado pela penetração das empresas multinacionais industriais. A dependência torna-se então eminentemente

tecnológica, além de cultural, à medida que as classes dominantes locais continuam a tentar copiar os padrões de consumo dos países centrais às custas da impiedosa exploração da grande maioria da população. É este último tipo de dependência, desenvolvimentista, mas reprodutora dos padrões de consumo dos países desenvolvidos, que irá presidir a lógica da acumulação e definir o atual subdesenvolvimento industrializado brasileiro.